

Município de Tabaí Estado do Rio Grande do Sul

A COMISSÃO TE	
EM 26 106 1	19

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI №. 045 19

Autoriza o Poder Executivo a conceder auxilio aluguel a empresa ROMA FACRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA de propriedade dos senhores Romildo Moura Marques e Mateus Daniel Alves Gabe, em conformidade com a Lei Municipal nº. 433/05 e alterações.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxilio para pagamento de aluguel para a empresa ROMA FACRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº. 33.736.635/0001-00 de propriedade dos senhores Romildo Moura Marques e Mateus Daniel Alves Gabe, de um prédio de alvenaria, com área coberta de aproximadamente 100 m² (cem metros quadrados) Salão do Bairro Joaquim José de Souza. Localizado na Rua sem nome,s/n, neste Município, pelo período de 06 (seis) meses prorrogáveis por mais 06 (seis) meses.

- §1° O auxilio de que trata o "caput" deste Artigo dar-se-á de acordo com a Lei Municipal nº. 433/05, sendo no valor parcial do aluguel de R\$ 300,00 (trezentos reais) pelo período de 06 (seis) meses.
- §2° O responsável pela empresa deverá apresentar mensalmente o recibo (comprovante) de aluguel para então ser ressarcido no valor a que se refere o §2°.
- Art. 2º Sob pena de rescisão do contrato de auxilio, a empresa deverá apresentar, semestralmente, demonstrativo do quadro funcional ao Município, ficando a Empresa beneficiada obrigada a oferecer:
- I Geração de cerca de 03 (três) empregos diretos nesta unidade, inicialmente, com possibilidade de ampliação, tudo conforme o desenvolvimento do mercado e de acordo com a Lei 433/05 e alterações.



Município de Tabaí Estado do Rio Grande do Sul

II - Manter os impostos em dia, estando ciente de que o apoio é transitório, obrigando-se a tomar as medidas necessárias para, futuramente, estabelecer-se em prédio próprio ou abrir mão do incentivo mediante a expansão de seus negócios.

Parágrafo Único - Qualquer fato que impeça o cumprimento das metas dispostas neste artigo deverá ser comunicado à Municipalidade de forma escrita e fundamentada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Ficam os senhores Romildo Moura Marques e Mateus Daniel Alves Gabe responsáveis pela manutenção do prédio, devolvendo-o nas mesmas condições em que o recebeu, bem como não terá direito a qualquer indenização pelas benfeitorias construídas.

§ 1º É de responsabilidade da empresa beneficiada o pagamento de despesas com consumo de água e energia elétrica durante o período de auxilio.

§ 2º Fica vedada a utilização do imóvel para outra finalidade que não seja a prestação de serviço, ficando terminantemente proibida sua utilização para fim residencial, sob pena de perder a concessão do auxilio.

Art. 4º Em caso de cessação das atividades da Empresa, a cessão do auxilio será automaticamente cancelada, sem prejuízo das demais cláusulas contratuais.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaí, 13 de junho de 2019.

Arsenio Pereira Cardoso

Prefeito Municipal



Município de Tabaí Estado do Rio Grande do Sul

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Sr. Presidente,

Srs. Vereadores.

Trata o presente projeto de lei de solicitar autorização legislativa para conceder auxilio (na forma de ressarcimento) para pagamento de aluguel no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

O responsável pela empresa beneficiária trará até a administração municipal o comprovante de pagamento do aluguel e então será ressarcido no valor de R\$ 300,00.

A intenção desta Administração Municipal é promover o desenvolvimento econômico e social, através de ações que visem a oferta de emprego aos seus munícipes e o recolhimento de impostos ao município, e a empresa beneficiária do auxilio ora pretendido, preenche os requisitos para concessão do benefício.

A empresa disponibilizará inicialmente 01 emprego direto aos munícipes de Tabaí, podendo aumentar a oferta de empregos até 05 vagas de acordo com seu desenvolvimento.

Em anexo, documento entregue pelos senhores Romildo Moura Marques e Mateus Daniel Alves Gabe, que se comprometem a entregar toda a documentação exigida pela lei municipal nº. 433/05 sob pena de perder o auxilio e pagamento de multa.

Isso posto, espera pela apreciação e posterior aprovação do presente projeto de lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaí, 13 de junho de 2019.

Arsenio Pereira Cardoso

Prefeito Municipal